

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.437.623 - SP (2019/0027921-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**AGRAVANTE** : HAMILTON LUIZ PEREIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : CÉSAR AUGUSTO MOREIRA - SP129373  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo objetivando a concessão de livramento condicional a HAMILTON LUIZ PEREIRA, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 64):

*AGRAVO EM EXECUÇÃO - Indeferimento do pedido de livramento condicional - Ausência do requisito subjetivo - Decisão mantida - Agravo improvido.*

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fl. 88):

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Acórdão que não apresenta omissão, contradição ou obscuridade - Nítido caráter infringente - Embargos rejeitados.*

Nas razões do especial, fulcrado na alínea "a" do permissivo constitucional, alega a defesa violação do art. 83, III, do Código Penal, pois o acusado preenche os requisitos para a concessão do livramento condicional.

Contra-arrazoadado (e-STJ fls. 111/115), o recurso foi inadmitido (e-STJ fls. 118/119), motivando o presente agravo.

Contraminuta às e-STJ fls. 131/133 e manifestação ministerial às e-STJ fls. 160/162 pelo desprovimento do agravo.

É o relatório. **Decido.**

Preenchidos os requisitos formais e impugnados os fundamentos da decisão agravada, conheço do agravo.

Passo, então, à análise do recurso especial.

São estes os fundamentos do acórdão recorrido (e-STJ fls.

64/65):

*Com efeito, conforme consta dos autos, o sentenciado cumpre pena pela prática de tráfico ilícito de entorpecentes (crime hediondo) e associação para o tráfico, com término de cumprimento previsto para 23.05.2020. Registra, ainda, envolvimento com facção criminosa (Boletim Informativo, fls.14/17).*

*Ademais, conforme bem consignado pelo digno magistrado sentenciante Dr. PAULO EDUARDO DE ALMEIDA SORCI a fls. 11/12, "... o executado foi agraciado com o livramento condicional anteriormente e não cumpriu as mínimas e básicas condições que lhe foram impostas, tornando a delinquir.*

*Afora mais, o executado incorreu em nova e gravíssima conduta faltosa recentemente, a motivar sua inclusão em regime disciplinar diferenciado, de modo que é forçoso concluir, não há mínima comprovação de que ostente comportamento satisfatório durante a execução da pena, na forma a que alude o inciso III do artigo 83 do Código Penal, isso no sentido de demonstração, pelo menos por ora, de alguma capacidade de adaptação social".*

Como se vê, as instâncias ordinárias, soberanas na análise das circunstâncias fáticas da causa, entenderam pela ausência do preenchimento do requisito subjetivo para a concessão do livramento condicional. Chegar a entendimento diverso implica em exame aprofundado do material fático-probatório, inviável em recurso especial.

A propósito, confira-se:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. PRÁTICA DE FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. REQUISITO SUBJETIVO. AUSÊNCIA. REVERSÃO DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA N. 7 DO STJ. ALÍNEA "C". APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 83/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.**

*1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, malgrado não interrompa o prazo para fins de livramento condicional, a prática de falta grave impede a concessão do aludido benefício, por evidenciar a ausência do requisito subjetivo exigido durante a execução da pena, nos*

*termos do disposto no art. 83, III, do Código Penal.*

*2. Na hipótese, o acórdão recorrido entendeu pela ausência do requisito subjetivo para a concessão do livramento condicional.*

*Reexaminá-lo para desconstituir o entendimento firmado pelo Tribunal de origem, implicaria o revolvimento de matéria fático-probatória, inviável em sede de recurso especial, conforme orientação da Súmula n. 7 do STJ.*

*3. Em relação à admissibilidade pela alínea "c", nos termos da Súmula 83/STJ, "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".*

*4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 1359280/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018)*

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer do recurso especial**.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator